

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E INSTITUCIONAL
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO INSTITUIÇÕES EM ANÁLISE

ELAINE PRETTO

MILITÂNCIA E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE NO CONTEMPORÂNEO

Porto Alegre

2015

ELAINE PRETTO

MILITÂNCIA E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE NO CONTEMPORÂNEO

Monografia apresentada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul como exigência parcial para obtenção do título de Especialista em Análise Institucional, sob orientação da Professora Doutora Fernanda Spanier Amador.

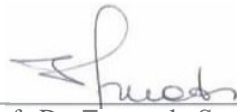
**Porto Alegre
2015**

ELAINE PRETTO

MILITÂNCIA E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE NO CONTEMPORÂNEO

Monografia apresentada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul como exigência parcial para obtenção do título de especialista em Instituições em Análise, sob orientação da Prof. Dr. Fernanda Spanier Amador

APROVADA: 04/03/2015



Prof. Dr. Fernanda Spanier Amador
Coordenadora do Curso de Especialização Instituições em Análise
UFRGS



Profa. Dr. Fernanda Spanier Amador
Orientadora- UFRGS

AGRADECIMENTO

Utilizarei este espaço para apresentar algumas pessoas que não apareceram, concretamente, no contorno desta escrita. Entretanto, cabe aqui contar, que foi no encontro com elas que está escrita pode ser realizada.

Agradeço especialmente à *Ana Helena*, parceira de todas as horas. Com quem reparto muitas de minhas angústias e alegrias. Agradeço pelos encontros potentes que realizamos, reconhecendo que foi a partir deles que o desejo por esta escrita foi despertado. Assim como, pela cumplicidade e afeto que marcam nossos encontros.

Meu agradecimento muito especial também à orientadora deste estudo, *Fernanda Spanier Amador*, pela dedicação e investimento nestas reflexões, assim como, pela paciência e o cuidado destinado às dificuldades (quase paralisantes) que acompanhou esta escrita, em alguns momentos.

Aos meus queridos irmãos (as) que sempre foram sinônimos de força e aconchego, meu agradecimento especial à *Elena* pelo incentivo e carinho; a *Jandira* pelo cuidado e ao *Luiz* pela parceria sempre muito afetuosa.

As Amigas “*psi*”: *Cláudia; Dani; Jaque e Maxi*, por realizarem comigo inúmeras reflexões: sobre a vida, sobre esse tempo, sobre nossa relação em meio a tudo isso. Agradeço também o carinho e o respeito existentes nessa relação, e principalmente, pela alegria dos nossos encontros.

Aos camaradas “militantes” que alimentaram minhas inquietações.

Aos queridos amigos por entenderem e respeitarem o tempo e o momento das coisas. Principalmente por encherem minha vida de luz.

Agradeço aos pequenos: *Vitor e Manu* por enfeitarem minha vida com a graça e o entusiasmo da infância.

E também aos amores que coloriram meus dias durante o tempo desta escrita e desta especialização. Como lembra Guimarães Rosa “Qualquer amor já é um pouquinho de saúde, um descanso na loucura” ...

“Perco a identidade do mundo em mim e existo sem garantias. Realizo o realizável, mas o irrealizável eu vivo e o significado de mim e do mundo e de ti não é evidente”.

Clarice Lispector – Água viva

RESUMO

Este trabalho discute a relação entre as práticas militantes e os processos de subjetivação. Destaca-se como relevantes, as batalhas que necessitam ser travadas diante da questão da militância, considerando-se necessárias reflexões constantes frente a tais práticas, defendendo-as, assim, dos riscos de sua modelização. Analisa-se o contexto contemporâneo, bem como as nuances e interfaces deste arranjo, produzindo um exercício constante referente à produção de modos de existência. Discorre-se, ainda, sobre as interferências relacionadas a tais práticas, assim como, problematiza-se a questão da militância e suas particularidades, considerando o enlace militância-produção de subjetividade e abordando-se as armadilhas que tendem a enfraquecer os movimentos sociais. Defende-se a necessidade de um exercício ético nesta relação, ou seja, de produzir modos singulares capazes de combater as tentativas de assujeitamento presentes nesta díade.

Palavras-chave: Produção de subjetividade; Militância e Ética.

ABSTRACT

This paper discusses the relationship between militant practices and subjectivity processes. It stands out as relevant, the battles that need to be fought on the issue of militancy, considering needed, constants reflections front such practices, defending them from the risks of their modeling. Analyzes the contemporary context and the nuances and interfaces of this arrangement, producing a constant exercise of production modes of existence. Talks is also on interference related to such practices, and the question of militancy and its peculiarities is problematizes, considering the militancy-production of subjectivity link and approuching the pitfalls that tend to weaken the social movements. It defends the need for an ethical exercise in this relationship, that is, to produce unique ways that combat the attempts of subjection present in this dyad.

Keywords: Subjectivity production; Militancy and Ethics.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	07
I. CONTEMPORÂNEO: COMO HABITAR ESTE TEMPO?.....	09
II. MOVIMENTOS SOCIAIS E A QUESTÃO DA MILITÂNCIA.....	15
III. MILITÂNCIA, SUBJETIVIDADE E ÉTICA.....	19
IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	23
REFERÊNCIAS.....	30

INTRODUÇÃO

A escolha por abordar nesta monografia as relações entre práticas militantes e os processos de produção de subjetividades no contexto contemporâneo, surge do desejo em produzir pensamentos desviantes, propondo, então, um exercício que pretende pensar o próprio pensamento, e ao realizá-lo perceber que o mesmo encontra-se atravessado por forças de toda ordem. Portanto, ao analisar a construção deste, assim como, os modos de existir frente a estas relações, o que vai fundamentar nossa escrita é, justamente, o que vai sendo produzido a partir deste exercício.

É do encontro do autor com sua escrita, do pesquisador com sua pesquisa e do que vai se produzir nesta relação que pretendemos examinar a questão da militância e suas idiossincrasias, entendendo que esta que narra, que conta e que escreve, é sujeito da pesquisa. Enxergar e destinar a devida importância a esta constatação será bastante recorrente nas linhas que seguem, pois entendemos que é justamente na atmosfera do que está *entre*, ou seja, destes imperceptíveis que há também possibilidades de transformação.

As práticas militantes podem ser consideradas como a expressão de modos que contrariam, que denunciam, e que manifestam determinadas arbitrariedades, modificando assim, de alguma forma, as engrenagens que estão produzindo e reafirmando nossas formas de vida na sociedade. Contudo, destacamos como relevantes as batalhas que necessitamos travar em nosso cotidiano, aí se localizando a questão da militância, a qual necessita, em nosso ponto de vista, ser constantemente pensada e analisada. Estamos lutando contra o quê afinal? E, ainda, a favor de quê?

Ampliar o olhar para questões micropolíticas, parece ser nosso desafio. Para tanto, neste ensaio cabe reconhecer o pensamento enquanto prática, ou seja, o pensamento já é prática, o pensamento faz mente e faz corpo. Seria uma arbitrariedade a valorização do discurso que afirma a dicotomia entre eles.

Sendo assim, pretendemos analisar as práticas militantes diante do contexto dos movimentos sociais, considerando o arranjo do contemporâneo, deste tempo do agora, deste tempo vivido no presente, e reafirmamos que diante desta análise há um esforço permanente em realizar um exercício ético, buscando constantemente romper com apelos morais, comumente presentes neste arranjo. No entanto, convém atenção às questões que surgem durante o exercício desta escrita. Mesmo que essas delatem uma fraqueza desconhecida e pouco fácil de lidar, é necessário romper com uma certa covardia surda, que só ouve o que convém. E o que na verdade parecia fraqueza, indica uma força totalmente combatente ao pedido recorrente de definições *a priori* sobre toda e qualquer expressão subjetiva.

Reconhecer as armadilhas que podem estar permeando o âmbito dos movimentos sociais e, portanto, a questão da militância, não aniquila sua potência, ao contrário, é através destas

percepções que podemos fortalecê-las e inventar novos modos de praticar a militância.

O primeiro capítulo intitulado: *Contemporâneo: como habitar este tempo?* compreende uma análise do contexto contemporâneo, bem como as nuances e interfaces deste arranjo, produzindo um exercício constantemente referente à produção de modos de existência.

No segundo capítulo, tendo como título: *Movimentos Sociais e a Questão da Militância*, discorremos sobre as interferências relacionadas a tais práticas, assim como, problematizando a questão da militância e suas particularidades, considerando o enlace produção de militância-subjetividade.

Já no terceiro capítulo: *Militância, Subjetividade e Ética*, discute-se as relações entre produção de subjetividade e as práticas militantes, assim como, aborda-se as armadilhas que tendem a enfraquecer os movimentos sociais, bem como, tais práticas. Considerando a necessidade de um exercício ético nesta relação, ou seja, de produzir modos singulares capazes de combater as tentativas de assujeitamento.

Esta monografia utiliza o ensaio como estratégia discursiva, por assim dizer, uma alternativa de continuar a escrever, ou seja, ensaiar apresentou-se como o modo mais estratégico de não ter de paralisar o pensamento para, então, poder escrever. O ensaio como modo de operar o pensamento, a escrita e a própria vida. Desse modo, ensaiar estaria muito mais próximo de uma atitude existencial, um modo de lidar com a realidade e com o mundo, uma atitude mais vulnerável à experiência.

(...) o ensaio é uma determinada operação no pensamento, na escrita e na vida, que se realiza de diferentes modos em diferentes épocas, em diferentes contextos e por diferentes pessoas. (...) o ensaio é o modo experimental do pensamento, o modo experimental de uma escrita que ainda se pretende ser uma escrita pensante, pensativa, que ainda se produz como uma escrita que dá o que pensar; e o modo experimental, por último da vida, de uma forma de vida que não renuncia a uma constante reflexão sobre si mesma, a uma permanente metamorfose (Larrosa, 2004 a,p.32.)

Neste sentido, o ensaio manifesta-se como um modo de escrita que estabelece uma relação particular com o tempo presente. Assim, ensaiar passa, necessariamente, por um modo de estranhamento das formas evidentes, sua potência está na possibilidade de modificar, não apenas a relação com as ideias, mas, sobretudo, da própria subjetividade que se constitui nos jogos de verdade de quem se está ensaiando.

Para tanto ao refletirmos sobre as práticas militantes, compreende-se que não existe algum modelo que devesse ser seguido, ao contrário, sendo necessário justamente fugir das modelagens. Entendemos que esse *Eu* enaltecido no arranjo do contemporâneo e que atravessa os processos de produção de subjetividade, é a grande armadilha que devemos cotidianamente combater.

Percebendo que este *Eu* é a grande mentira que os homens ainda se apegam como se fosse a coisa mais preciosa desse mundo.

Para que sejamos dignos da vida, é necessário que tornemo-nos traidores dos valores que orientam e que estão em conformidade com esta sociedade. Para tanto, consideramos a possibilidade de inventar exercícios éticos e de produzir modos singulares, os quais correspondem a uma certa estranheza diante do que parece tão corriqueiro. Portando exercitar estranhamentos é o que se pretende com estas reflexões.

I. Contemporâneo: como habitar este tempo?

É notável que compreender essa sociedade, esse tempo, se tornou algo complexo e multifacetado. Neste sentido, para entender o tempo em que se habita é necessário produzir um exercício constante em relação às interfaces deste arranjo, assim como, destinar atenção aos modos de existir frente a esta engrenagem. Engrenagens que estão operando e produzindo nossos modos de vida, as formas como estamos em relação com os outros e conosco, em suma estas engrenagens correspondem às estratégias utilizadas pelo sistema capitalista para regular e produzir os processos de subjetivação que estamos todos, sem exceção, enganchados.

A imprecisão quanto à definição sobre o conceito de contemporâneo, é o que parece dar pistas do que poderia aproximar-se a esta questão, ou seja, não existe algo que o definiria, o que existem são trilhas, caminhos percorridos diante do exercício do pensar, considerando o pensamento como ferramenta central para esta discussão.

Refletindo sobre alguns pontos de vista, entendemos o contemporâneo como esse tempo habitável, um tempo com todas as suas incertezas e nuances. É por esta questão que justamente a definição não cabe no contemporâneo, por ser este, processo constante. Sendo assim, pensar o conceito de contemporâneo é discorrer sobre as forças que estão sendo produzidas nesse tempo, as quais vão também compor os modos de como habitá-lo, de como viver nesse tempo.

Cabe reconhecer que o projeto neoliberal que marca nosso tempo, tenta disfarçar o controle que está sendo operado constantemente, seja nas relações que estabelecemos com os outros, e com o mundo, assim como, o controle que é operado de forma bastante sutil na relação consigo mesmo.

Deleuze (1990) assinala que a sociedade contemporânea não se constitui mais numa esfera precisamente disciplinar, mas numa era das sociedades de controle, sendo que, sua organização não consiste fundamentalmente pelo confinamento, e sim por um controle continuado e de comunicação imediata.

Para analisarmos a constituição da sociedade de controle, é necessário examinar não sua

origem, mas sua emergência histórica, seus processos, seus jogos de forças, e neste sentido consideramos que as contribuições e Michel Foucault (1988) são fundamentais.

Para tanto, é importante registrar que nas sociedades de soberania vigentes no período medieval, o poder era baseado numa relação dissimétrica entre dominante e dominado. O soberano extrai o tempo, a força de trabalho e os produtos. Posteriormente vimos o estabelecimento progressivo das sociedades disciplinares. Deleuze (1990), no capítulo intitulado: *Post-Scriptum Sobre as Sociedades de Controle*, refere que Foucault situou as sociedades disciplinares nos séculos XVIII e XIX, tendo seu auge no início do século XX, este período se caracteriza pela organização dos grandes espaços de confinamento.

O autor ressalta que neste período, o indivíduo de forma contínua passa de um espaço para o outro, e cada um destes possuem suas leis determinadas. E ao discorrer sobre tais espaços, bem como o poder disciplinador que corresponde a cada um, refere que o primeiro deles é a família: “primeiro a família, depois a escola (“você não está mais na sua família”), depois a caserna (“você não está mais na escola”), depois a fábrica, de vez em quando o hospital, eventualmente a prisão, que é o meio de confinamento por excelência.” (Deleuze, 1990, p. 219). Ainda fazendo referências as concepções de Foucault sobre o tema, Deleuze refere que o autor realizou boas análises sobre essa concepção, com dedicação importante a fábrica, sendo este espaço caracterizado por percepções importantes sobre esse projeto. “Compor no espaço-tempo uma força produtiva cujo efeito deve ser superior à soma das forças elementares” (Deleuze, 1990, p. 219).

Se na sociedade disciplinar o poder estava sendo operado em espaços de confinamento, na sociedade de controle, ou seja, na segunda metade do século XX, estes espaços não são mais necessários, pois essa sociedade seria marcada por uma produção de interpenetração dos espaços, uma suposta ausência de limites, como se estivéssemos enredados numa linhagem de formação permanente, de dívida impagável. O que haveria na sociedade de controle, segundo Deleuze seria uma modulação constante que atravessa e regula as malhas do tecido social: “Os confinamentos são *moldes*, distintas moldagens, mas os controles são uma *modulação*, como uma moldagem auto-deformante que mudasse continuamente, e cada instante, ou como uma peneira cujas malhas mudassem de um ponto a outro” (Deleuze, 1990, p. 221). Uma distinção importante a se fazer, é que nas sociedades disciplinares não se parava de recomeçar, ou seja, o sujeito circula de um espaço para o outro (da escola à caserna, da caserna à fábrica). Já nas sociedades de controle nunca se termina nada.

É na crença da ilusão de liberdade e autonomia que a normalização mostra-se então invisível, bem como a flexibilidade à adaptação. Ainda utilizando-se dos estudos do filósofo Foucault (1988) com relação à sociedade disciplinar, salientamos que a mesma necessita de dois

meios, o dentro e o fora, para exercício do poder. Já na sociedade de controle, o dentro e o fora não mais existem, é o fim de toda a exterioridade, estamos sempre dentro, o que explicaria como se dão as estratégias de controle produzidas sob a forma de exercício de um biopoder, o poder sobre a vida, o qual é situado em um modelo particular de relação consigo, esse modelo opera nos processos de privatização da subjetividade, que individualiza as linhas de forças sociais referentes a ilusão de liberdade, pois não pressupõem nenhuma reflexão diante da implicação do indivíduo no espaço público.

Foucault (1988) ao estudar as formações históricas, pondera para o que estamos em via de desabrochar, ou seja, busca novas relações que demonstrem novos modos de vida. Em seus estudos, mais notadamente em *Vigiar e Punir*, entende que o sujeito está inserido em relação de produção e sentido e, portando, em relação de poder, reafirmando que o poder é operado numa constante relação de forças, sendo que, diante deste argumento, o combate aos modos de dominação contemporâneo e a construção de resistência a estes modos, vai depender de um trabalho de si sobre si. Podemos compreender este trabalho como sendo o exercício do pensamento voltado a estas formas de assujeitamento da subjetividade, as quais são produzidas no contexto contemporâneo, este exercício corresponde à construção de formas de resistência, pensar o próprio pensamento possibilitará o combate à ideia de que o pensamento é único, totalmente em conformidade com o projeto neoliberal, onde intensifica-se a ideia de que existiria uma verdade absoluta do eu a ser encontrada de qualquer maneira.

Contudo, nas sociedades de controle, poderíamos dizer que o poder passa a ser exercido de forma muito mais sutil e eficaz. Neste contexto não à necessidade de espaços fechados para que o controle seja exercido, ela passa a funcionar e a se sustentar através da interiorização e invisibilização da norma na malha fina da vida. Na sociedade de controle o poder passa por esse refinamento, todavia as práticas disciplinares coexistem com as de controle, ambas estão coligadas diante das relações de poder que estão sendo exercidas no contexto contemporâneo. Ou seja, o controle deixa de operar apenas na via da normalização e passa a ser constituinte, sendo assim, ao invés de operar meramente de forma coercitiva, passa a exercer a função de forma prescritiva. É diante dessa maquinaria que enxergamos o capitalismo se apropriar de nossa existência. Tal prescrição se opera através de regras definidas socialmente que vão construir nossa forma de inserção no mundo.

Partindo destas análises, percebemos que na sociedade de controle a norma passa a ser operada a partir da produção de discursos hegemônicos os quais produzem efeitos totalizantes, pois operam de forma a concretizar e limitar nosso pensamento, tais discursos reforçam a ideia de que só resta ao indivíduo adaptar-se às novas exigências que são produzidas de forma constante pelas

transformações das regras impostas pela dinâmica do capital.

Entretanto, ressaltamos que enxergar esta engrenagem em funcionamento, percebendo suas sutilezas, já seria praticar processos resistentes, estabelecendo assim uma forma de ruptura à determinada forma de dominação, sendo necessário compreender as regras do jogo e desnaturalizar estas formas. Isso é possível quando evidenciamos, por exemplo, as contradições e as consequências negativas de uma política econômica, bem como, 'os discursos verdadeiros' que ela produz.

Há sempre um terceiro tom a se formar, como nos ensina Drummond¹ um novo que nasce, ou seja, os primeiros indícios de alguma coisa, assim como nos processos de subjetivação. Percebemos a existência de modos hegemonicamente bem definidos e delineados de ser e estar no mundo, os quais são produzidos no atual contexto contemporâneo. Porém, acreditamos que existe sempre a possibilidade de combate a estes modos, e ao mesmo tempo a possibilidade de criação de algo novo e singular, que surge a partir da ampliação do grau de liberdade. O autor chama este terceiro tom, de 'Aurora'.

Pensando a relação entre ética e subjetividade na sociedade contemporânea, na qual se torna evidente desnaturalizar as formas de dominação que atravessam os processos de constituição da própria experiência do sujeito, percebemos que nossa subjetividade está aliada a vontade de verdade. Assim, para compreendermos os modos como vamos compondo nossos modos de ser em relação com o mundo, é importante analisar essa relação frente aos mecanismos de produção subjetiva e as formas de dominação, os quais nos solicitam constantemente saber “verdadeiramente” quem somos.

E, nesse sentido, destacamos como extremamente relevantes as contribuições do filósofo, ao sugerir: “fechar momentaneamente portas e janelas da consciência, permanecer insensível ao barulho...” (Nietzsche, 2007, p. 55), o que para nós significa resistir ao apelo frenético que nos pede, permanentemente, respostas verdadeiras sobre nós mesmos.

Este apelo em corresponder aos modos definidos *a priori* de como ser e estar no mundo, a exemplo: modos de ser mulher, homem, criança, mãe, assim como, os modos de ser militante. Enfim, para tudo que escolhemos ser, parece haver um manual que corresponde como ser adequadamente aquilo que estamos sendo. O apelo moral está em definir o modo como devemos nos relacionar, e isso tende a compor as relações do humano no mundo.

Guattari & Rolnik (2008) dizem que não somos sujeitos fora do mundo, não temos como nos distinguir dele, não há um dentro e um fora. Estamos em constante relação, ou seja, nos fazendo e nos transformando sempre em alguma outra coisa, distinta da anterior que por sua vez, já está se

¹ Essa ideia consiste da reflexão realizada a partir do contágio com o poema de Carlos Drummond de Andrade, sob o título: *Morte do Leiteiro*, publicado na obra: *A rosa do povo*, datada no ano de 1945.

transformando. Para eles a subjetividade é da ordem do processo e esses processos são fabricados a partir de nossa relação com a vida. Os autores afirmam que há uma ordem que produz os diversos modos de vida:

(...) como se trabalha, como se ensina, como se ama, como se transa, como se fala [...] Ela fabrica a relação com a produção, com a natureza, com os fatos, com o movimento, com o corpo, com a alimentação, com o presente, com o passado e com o futuro – em suma, ela fabrica a relação do homem com o mundo e consigo mesmo. (Guatarri & Rolnik, 2008, p. 51).

Assumindo que o sujeito é atravessado por essas regras morais e de verdades definidas, Foucault vai distinguir entre a ética e a moral, quando difere moral como o conjunto de regras e prescrições difundidas pelas instituições prescritoras, como: religião, o trabalho, a escola e a família, sustentando as formas de dominação próprias ao nosso tempo.

A ética pode ser definida através da reflexão sobre os modos de viver, assim como, que a vida seja tomada como a expressão de uma obra de arte singular. Neste sentido a reflexão ética pode ser considerada da seguinte forma: como se pode exercitar a liberdade?

O conceito de ética está intimamente relacionado com a composição de um sujeito que seja capaz de apropriar-se dos destinos de sua vida, e isso só é possível por meio de complexas relações intersubjetivas. Não é possível pensar em si mesmo, sem que estejamos de alguma forma nos pensando em relação ao outro. No entanto, são os processos de engendramento do psíquico e do social, do individual e do coletivo, que nos interessa problematizar, colocando em questão quem somos e qual é esse mundo, este tempo que vivemos.

Neste sentido, ao problematizarmos as práticas militantes entendemos pela necessidade de produzir análises acerca destes processos de engendramento, considerando que ninguém sai ileso, ninguém está protegido da engenhosidade do capitalismo. Portanto, esta problemática assola, também, o universo dos movimentos sociais.

Destacamos como pertinentes as contribuições de Neves (2005), ao referir a importância em produzirmos interrogações desse tipo, ao considerar que:

(...) é do encontro com estas questões e da violência que elas provocam em nosso pensamento que se pode produzir a criação de novos territórios existenciais que possibilitem re-singularizar a subjetividade contemporânea em cima de novos valores (Neves, 2005 p. 126).

Vimos, por exemplo, que na lógica disciplinar, as relações de poder se dão a partir da produção permanente de visibilidade daqueles que o exercem. Para Foucault não existe uma teoria geral do poder, não é possível agarrá-lo, ele não é um objeto natural; é produzido socialmente,

sempre numa relação de forças:

(...) o poder não se dá, não se troca, nem se retoma, mas se exerce, só existe em ação (...) o poder não é principalmente manutenção e reprodução das relações econômicas, mas acima de tudo uma relação de forças (Foucault, 2003, p. 175).

O poder é a força que constitui os sujeitos e que está presente em toda a sociedade, pensado desta forma, o poder está atrelado em todas as esferas sociais (na escola, na família, na política, nas relações amorosas, etc.). Sendo assim, se o poder está em todo o lugar, a possibilidade de resistência também se faz presente, pois somente é entre os sujeitos livres que as relações de poder são exercidas. E isso vai depender de nosso investimento diante da ampliação deste grau de liberdade, ou seja, do nosso exercício constante em romper com os processos de assujeitamento de nossa subjetividade.

Refletindo sobre a questão da liberdade, Fuganti (2001), sugere que tenhamos atenção para a sutileza que está colocada nesta questão, para ele: “Quando queremos formar nossos cidadãos, investimos em assujeitamento. Eis o cinismo da ideia moderna de liberdade” (Fuganti. 2001, p. 02).

É interessante a relação que o autor estabelece entre formar cidadãos e assujeitar, o que nos faz refletir sobre alguns discursos que circulam no contexto dos movimentos sociais, de que os militantes deveriam ter formações políticas, e que isso possibilitaria elevar o nível de consciência dos mesmos. O que o autor sugere é que essa formação pode servir para enfraquecer esse cidadão, no sentido de produzir certo assujeitamento, enfraquecendo sua potência de agir. Cabe atenção à questão da consciência, uma vez que esta pode estar intimamente conectada aos modos totalizantes e carregados de pressupostos morais que prescrevem um *ser* corretamente e, em conformidade.

Deleuze (1974) referindo-se a filosofia espinosista, aponta que:

Espinoza afirma: não sabemos o que é um corpo. Ele refere-se à chamada consciência e seus decretos, da vontade e seus efeitos, dos meios de dominar o corpo, das paixões. E diz: o corpo ultrapassa o conhecimento que dele temos. Por isso, a consciência é o lugar de uma ilusão. Ela recolhe efeitos, mas ignora as causas. Em suma, as condições em que conhecemos as coisas e tomamos consciência de nós mesmos condenam-nos a ter apenas ideias inadequadas, confusas. Reduzidos à consciência dos acontecimentos, não podemos sair do assujeitamento; temos, portanto, que interrogar as produções sociais (Deleuze, 1974, p. 267).

O autor ressalta a importância em aliarmo-nos a uma potência positiva que nega as reproduções, os modelos e prescrições. Portanto, interrogando estas produções, outros modos de pensar serão produzidos, ou seja, um pensar sem modelos a repetir, sem verdades determinadas.

Esse pensar exige criação e invenção.

Porém, é importante ressaltar duas formas de caracterizar a expressão do pensamento no mundo: a primeira delas corresponde ao pensamento que se alia a diversidade da vida, a ampliação de possibilidades, construído através de uma ética, o segundo segue aprisionado na moral, é a produção de um pensamento reduzido às regras, normas e certezas.

Essas concepções estão na ordem de nossos dias atuais, a exemplo, mencionamos o modo como Fuganti (1990) posiciona o pensamento com relação ao ser da ideia, referindo-se a filosofia platônica. Ele diz:

“Toda a realidade da Ideia deriva da concepção de que seu ser só é verdadeiramente ser por permanecer eternamente idêntico a si mesmo, isto é, seu ser jamais muda ou participa do devir dos seres corruptíveis. Jamais torna-se diferente do que se é”. (Fuganti, 1990, p. 33)

Entendemos que este modo de conceber o pensamento é dominante no Ocidente. Por ele procuram-se formas para construir um mundo ordenado, permanente e seguro. Torna-se necessário perceber que a filosofia concebida por Platão, desqualifica o mundo das experiências sensíveis, e está, inteiramente, aliado a moral.

Peter Pál Perlbart (2011), fazendo reflexões acerca do capitalismo, refere que a vida capital parte de uma situação paradoxal “nunca o capital penetrou tão fundo e tão longe no corpo e na alma das pessoas, nos seus genes e na sua inteligência, no seu psiquismo e no seu imaginário, no núcleo de sua “vitalidade” (Pelbart, 2011, p. 13). A lógica da sociedade contemporânea é percebida como o mundo livre, aberto, das liberdades democráticas. Viver corresponde a estar inserido neste paradoxo.

Frente a estas colocações sugerimos refletir sobre os desafios que estão colocados na relação entre as práticas militantes e os movimentos sociais diante deste arranjo, considerando que estes engendramentos conectam-se em todos nós, não existe lugar onde estaríamos a salvo destes processos.

II. Movimentos Sociais e a Questão da Militância

Neste capítulo tomaremos a questão da militância como eixo central de nossa discussão, tendo como recorte o universo dos movimentos sociais brasileiros.

No decorrer das décadas de 60 e 70, durante o período de ditadura militar, surgiram movimentos de resistência aos “anos de chumbo”. Os que se opuseram ao regime foram considerados e tratados como criminosos, justificando-se práticas de prisões ilegais, torturas, mortes e desaparecimentos de corpos. Estas práticas corresponderam à punição que serviria de exemplos

aos espectadores, produzindo temor e medo, inibindo a iniciativa de pessoas que por ventura estivessem insatisfeitas com o atual contexto político que o país vivia. Contudo essa repressão também corresponde a produção de uma outra história, a qual tenta ocultar as práticas, os pensamentos, os movimentos, e a potência de grupos comprometidos com a possibilidade de transformação social. Conforme Coimbra & Leitão (2007): “É importante ressaltar que as práticas sociais constituem continuamente subjetividades, ou seja, modos de perceber, pensar, sentir e agir, que afetam a todos diferentemente” (Coimbra & Leitão, 2007, p. 173).

Após este período, diante do processo de redemocratização do Brasil, e com surgimento do Estado Democrático de Direito, observa-se o fortalecimento e o surgimento de inúmeros movimentos sociais. É importante registrar que esse processo foi fruto de muitas batalhas, muitas vidas foram perdidas para que se conseguisse alcançar a esperada “democracia”.

Estas reflexões colaboram no sentido de ajudar a pensar o surgimento dos movimentos sociais de minorias. É na década de 80 que os diferentes movimentos sociais e populares se reorganizam e se fortalecem, tendo como pano de fundo uma forte influência, e vínculo às Comunidades de Base e à Igreja da “teologia da libertação”.

Partindo da compreensão de que não há sujeito fora do mundo, ou seja, nosso modo de existir está inegavelmente sempre sendo atravessado por produções e modulações pertinentes a contemporaneidade e estas formatações seguem na direção de produzir modos que estejam em conformidade com o que está sendo esperado neste contexto, problematizamos a prática da militância nesta mesma direção. Assim, indagamo-nos a respeito da trama de obrigações e proibições que atravessam as subjetividades nesse âmbito. Ponderamos que há que se realizar um trabalho crítico sobre si mesmo de modo a que, se possa combater as estratégias de captura também possíveis de serem aí operadas. Isto, porque no atual modo de produção capitalística (Guattari e Rolnik, 2008), cria-se a falsa noção de sujeito autônomo, dotado de livre arbítrio. A este modo de pensar e de estar no mundo, tudo será responsabilidade e atributo do sujeito. Os autores chamam a atenção, deste modo, para o cuidado necessário com relação às práticas militantes, sugerindo que: “a ação militante também está exposta a riscos de modelização” (p. 152). Considerando essa afirmação, podemos sugerir que nossas análises demonstram-se pertinentes no âmbito de problematizar a relação entre práticas militantes e processos de subjetivação, observando esse tempo e suas micropolíticas, ou seja, suas sutilezas, as quais não se percebe facilmente, pois trata-se de uma fabricação requintada de modos de ser e estar no mundo, as quais de forma quase que imperceptível, porém, visceral fabricam subjetividades.

Ao refletirmos sobre as interferências que vão constituindo e compondo os modos de ser e estar do contemporâneo, considerando as contribuições propostas por Deleuze e Guattari (2004) no sentido de percebermos as operações micropolíticas, por onde não há distinção entre produção

desejante e produção social, é desta relação permanente que nossa existência é forjada, em conexão permanente. Porém, estes mecanismos são muito bem elaborados, e como vírus vão atrelando-se aos nossos modos de sentir, experimentar e viver. Deleuze e Guattari (2004) chamam a atenção nesse sentido, quando observam: “a falsa consciência que o ser capitalista tem necessariamente de si” (p. 09).

No passado, pitadas de nostalgia, parece que se tinha maior clareza de quem eram nossos inimigos. A esquerda, utilizando-se dos argumentos teóricos e filosóficos do marxismo, conseguia delimitar e apontar com facilidade quem deveria ser combatido. Nossos inimigos estavam bem desenhados, sugeria-se que estes eram os que detinham o poder econômico, uma parcela pequena da população, porém com poder aquisitivo bastante generoso, os quais não admitiam que todos pudessem usufruir de boas condições de vida, ou ainda que não poderiam desfrutar de posições sociais num outro nível, seja elas econômicas, culturais, políticas, etc. Como referimos, frente a este recorte de classes, as teorias marxistas respondem de forma bastante contundente e satisfatória. Todavia, percebemos sua importância e entendemos que esta relação ainda segue presente, essa batalha segue sendo, indiscutivelmente, prioritária e de extrema importância no contexto dos movimentos sociais.

Porém, consideramos que, o que deve ser contestado é sua insuficiência diante do contexto atual, tornando-se necessária uma reflexão frente às práticas militantes. Para tanto, destacamos as contribuições de Guattari (1987) em sua obra intitulada: *Revolução Molecular*, nesta o autor inicia com a palavra “militar” e a relaciona ao verbo agir. E continua: “pouco importa as palavras, o que interessa são os atos” (Guattari, 1987, pag. 12). Indicando que a militância corresponde a uma prática, a certa atuação dentro de um determinado contexto social. Neste sentido, destacamos importante o registro de que não se trata em especificar características que corresponderiam à determinada prática. Ao contrário, o que propomos é justamente colocar em questões, e analisar esta prática frente aos arranjos do contemporâneo. Para tanto, o autor lança pistas das armadilhas que estão colocadas ao descrever a luta de classes, afirmando que:

A luta de classes não passa simplesmente por um *front* delimitado entre os proletários e os burgueses, facilmente detectável nas cidades e nos vilarejos; ela está igualmente inscrita através de numerosos estigmas na pele e na vida dos explorados, pelas marcas de autoridade, de posição, de nível de vida; é preciso decifrá-la a partir do vocabulário de uns e de outros, seu jeito de falar, a marca de seus carros, a moda de suas roupas, etc. Não tem fim! A luta de classe contaminou, como um vírus, a atitude do professor com *seus* alunos, a dos pais com *suas* crianças, a do médico com *seus* doentes; ela ganhou o interior de cada um de nós com *seu* eu, com o ideal de *status* que acreditamos ter de adotar para nós mesmos. (Guattari 1987, p. 15).

Tais reflexões não anulam nem mesmo desconsideram todos os investimentos e esforços

destinados a transformações sociais suscitadas em decorrência de mobilizações populares, protagonizadas por inúmeros movimentos sociais no contexto brasileiro.

Ao reafirmarmos a importância das práticas militantes, observamos os avanços que nossa sociedade conquistou, avanços esses frutos do esforço e do engajamento dos movimentos sociais em reivindicar direitos e em travar mudanças que modificassem a lógica econômica, a qual esteve, predominantemente e por longos anos, sob o comando da elite e da burguesia brasileira. São pertinentes as contribuições de Coimbra & Leitão (2007), referindo-se a questão da pobreza e suas contingências, reafirmando quão importantes e necessárias são as mobilizações populares protagonizadas pelos diversos movimentos sociais no contexto contemporâneo.

A pobreza, ao longo dos dois últimos séculos, vem sendo associada ao perigo, à desordem, à violência, à criminalidade. Continuam sendo produzidos os “novos inimigos do regime”: os segmentos mais pauperizados, todos aqueles que os “mantenedores da ordem” consideram suspeitos e que devem, portanto, ser evitados e mesmo, eliminados. Para esses “enfermos”- vistos como perigosos e ameaçadores – são produzidas identidades cujas formas de sentir, viver e agir se tornam homogêneas e desqualificadas. São crianças e adolescentes já na marginalidade ou que poderão – porque pobres – ser atraídos para tal condição e que devem ser exterminados. A modernidade exige cidades limpas, assépticas, onde a miséria – já que não pode mais ser escondida e/ou administrada – deve ser eliminada. Eliminação não pela sua superação, mas pelo extermínio daqueles que a expõem, incomodando os “olhos, ouvidos e narizes” das classes mais abastadas. (Coimbra & Leitão, 2007, p. 171).

Estas afirmações nos fornecem pistas de que a questão da pobreza é algo que devemos de forma incessante, tentar combater, e mais ainda, atentar principalmente para as questões que estão sendo engendradas neste contexto. A pobreza passou a compor o cenário de nossas vidas contribuindo para o crescimento assustador e alarmante das desigualdades sociais. Temos como resultado, o fato da pobreza não ser apenas percebida como uma condição econômica que deve ser combatida, mas como bode expiatório para justificar inúmeras injustiças. Tais como: desemprego, violência, preconceito, etc.

Contudo, gostaríamos de ressaltar que outras lutas também se fizeram como necessárias. Ao pensarmos sobre esse tempo, outras provocações vão sendo suscitadas, assim como, ao problematizar as práticas militantes, nos deparamos com uma questão que parece central, frente às reflexões que estão sendo reverberadas durante esta escrita: o que as práticas militantes atuais estão querendo combater?; contra quem estamos lutando?; ou ainda, a favor de quem estamos lutando?

Estas questões fomentaram o debate que seguiremos travando nesta terceira parte, onde será discutida as armadilhas que tendem a enfraquecer tais práticas, quando estas permanecem

unicamente atreladas ao embate entre esquerda X direita.

III. Militância, Subjetividade e Ética

A partir destes questionamentos iniciamos a terceira parte desta escrita, onde discutiremos a relação entre produção de subjetividade e as práticas militantes, e aqui acrescentamos o substantivo “revolucionárias” a tais práticas – ideia que será discutida de forma mais ampla ao longo do texto.

Considerando esta relação no contexto contemporâneo, ao examinar alguns deslocamentos e movimentos que estão presentes nesta relação, assim como, analisando este tempo, em que tudo é tão ardiloso e cheio de armadilhas, pensar as práticas militantes significa refletir sobre a constituição dos sujeitos que vivem neste enredo. Reafirmando os processos de subjetivação como produção social, ou seja, assumindo que nenhum de nós está preservado destes processos e de seus arranjos, nem mesmo estar inserido em determinado movimento social nos protegeria destas afetações, pelo contrário, é diante deste contexto que sugerimos ser necessária uma maior atenção, pois esta produção perpassa todo tecido social.

Os movimentos sociais são feitos da composição de grupos que manifestam objetivos em comum e que almejam alcançar determinados objetivos vinculados a determinadas “causas” relacionadas a melhorar a vida das pessoas que historicamente vivem em condições “minoritárias”, tais como: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; Movimentos Feministas; Movimentos por Igualdades de Raças e Etnias; Movimento LGBTs – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros, etc.

Esta formação também dependerá da força de mobilização social que estes coletivos apresentam, bem como, da relevância de suas reivindicações frente determinado contexto social. É destas organizações coletivas, as quais também denominaremos como movimentos sociais, que nossas reflexões estão sendo produzidas, assim como, pensar as práticas militantes em decorrência desta implicação. Vale destacar aqui a concepção de coletivo com a qual operamos, qual seja: aquela oriunda das formulações da Análise Institucional que o concebe enquanto um modo de funcionamento pautado na produção da diferença e do dissenso em lugar do consenso. Quanto mais coletivamente operar um grupo, mais apto estará a resistir às táticas de assujeitamento da subjetividade.

Consideramos que mesmo os movimentos sociais caracterizando-se como movimentos de oposição às injustiças, às hierarquias, às desigualdades que assolam nosso país, entretanto não estariam estes, de forma privilegiada, isentos do contágio que perpassa a todos, independentemente de classe social, cor, sexo, etc. Este contágio representa nossa aderência, em maior ou menor grau, aos processos de assujeitamento da subjetividade. Como nos avisa Guattari (1987) “o inimigo está

em toda a parte” (p. 14).

A partir das contribuições do autor, consideramos serem relevantes as reflexões a respeito das armadilhas que tendem a enfraquecer os movimentos sociais, assim como, as práticas militantes, quando estas assumem um posicionamento supostamente superior frente aos engendramentos produzidos pelo sistema capitalista. É possível perceber uma confiança excessiva de que tais práticas seriam suficientes para combater os danos produzidos por este sistema. Guattari (1987) aponta que:

“Já está mais do que na hora de os revolucionários reexaminarem seus programas, pois há alguns que começam a caducar. Já está mais do que na hora de abandonar todo e qualquer triunfalismo – note-se o “falismo” - para se dar conta de que não só estamos na merda até o pescoço, mas que a merda penetra em cada um de nós mesmos, em cada uma de nossas “organizações”. (p. 14 e 15).

É importante registrar que a ideia de minoria está atrelada a uma condição de disparidade econômica, da mesma maneira, a partir de condições como: cor, sexo, cultura, e ainda preferências sexuais colocariam estes sujeitos numa posição inferior em relação às categorias hegemônicas. Entretanto, salientamos que o lugar das minorias pode constituir-se, também, como um lugar a ser demasiadamente cuidado, e, até mesmo, tutelado. Sobre essa questão o que nos intriga é perceber que em relação às práticas militantes parece haver semelhança com práticas um tanto heróicas, e isso pode estar relacionado à equivalência destinada a ideia de “minoria”, ou ainda o sentido empregado a esta palavra e todas as reverberações que ela evoca, sendo ligeiramente conectada a uma sensação produzida por este tempo.

Sentimo-nos culpados e nem sabemos bem o porquê, sujeitos faltantes. É desta sensação de dívida, produzida pela sociedade de controle, que vimos o capitalismo legitimado pelos achados da psicanálise tradicional, produzir o sujeito da falta, da culpa, em última análise, o sujeito da castração. Logo, ser militante, e, portanto, membro de determinado movimento social de minoria não só diminuiria a angústia provocada por estas sensações, assim como, logo em seguida, produziria uma sensação de heroísmo, ou como sugere Guattari (1987), de “triunfalismo”.

Estas afirmações corroboram no sentido de novamente reafirmar que ninguém, nem mesmo sendo membro de algum movimento social estaria protegido das possíveis capturas diante das engrenagens produzidas por este sistema.

E seguindo nossos pensamentos ainda na direção das reflexões acerca dos processos que enfraquecem as práticas militantes, as contribuições do autor permanecem relevantes, ao considerar que, o que afunda os investimentos militantes, são os impasses particularistas, que podem estar compondo a relação dos sujeitos com a militância, estes ele denomina “monomaníacos da direção

revolucionária” (Guattari, 1987, p. 16), observando uma certa alienação que corresponde a delimitação excessiva sobre determinado grupo, e frente a esta delimitação reafirmar que as pessoas deste grupo é quem tem a razão. Refere que os monomaníacos seriam “porta-vozes”, e fazendo uma crítica a estes, sugere que: “o trabalho dos revolucionários não é ser portador de voz, mandar dizer as coisas, transferir modelos e imagens, seu trabalho é dizer a verdade lá onde eles estão, sem trapacear” (Guattari, 1987, p. 16).

Estas contribuições suscitam reflexões acerca das práticas militantes no tempo em que vivemos, percebendo que tais práticas correspondem, em alguns casos, a reproduções identitárias que reforçam a ideia de que para reconhecer-se como militante existiria um modo no qual devêssemos nos espelhar. Essa ideia corresponde às relações que estão sendo construídas no âmbito dos movimentos sociais, ou seja, relações hierarquizadas e construídas de forma vertical. Parece existir no âmbito dos movimentos de esquerda uma disputa entre quem é o melhor militante, ou ainda, que práticas se destinam mais à esquerda. Quando a questão da militância passa a ser nivelada a partir de seu grau de maior aderência ou não a determinada causa, solicitando então, práticas identitárias, percebemos que estes *monomaníacos* sugeridos por Guattari (1987) permanecem existindo e ao sugerirmos essa permanência, reforçamos que não se trata em aniquilá-los, mas produzir reflexões acerca do que está compondo essa relação e ainda de que forma podemos transformá-la ao ponto de construir relações horizontalizadas e que contemplem as diferenças inerentes a cada sujeito.

Como alertam Deleuze & Guattari (1995): Os grupos e os indivíduos contêm microfascismos sempre à espera de cristalização (p. 26). No entanto, o militante que doa sua vida, e dedica-se totalmente as causas sociais, não passa de um fascista que se protege a partir de sua adesão a determinadas causas, e sendo assim, não se responsabiliza pelas batalhas que necessitam ser travadas cotidianamente, nas relações que estabelecemos com o mundo e com nós mesmos. Parece interessante o trocadilho utilizado por Estamira² ao referir-se ao “esperto ao contrário”, como aquele que falseia, porém, neste caso, este que falseia, engana a si mesmo, esquecendo que sua força, sua potência está em produzir movimentos desviantes frente aos modos hegemonicamente produzidos no contexto contemporâneo. Do qual reafirmamos diversas vezes, que ninguém escapa.

Dentre as inúmeras enunciações produzidas pelo modo de funcionamento do capitalismo no contemporâneo, o que mais tem nos chamado atenção são as que comprometem nossa mobilidade, através de suas formas complexas de dominação política e subjetiva. Portanto, nosso desafio é refletir sobre as interferências na ótica da produção social da existência, questão que envolve todas as ligações pelas quais a própria vida insiste em si mesma.

² Estamira Gomes de Souza - Estamira, como ficou conhecida por protagonizar o documentário brasileiro, dirigido por Marcos Prado e lançado em 2005.

Ao levantar a questão sobre como reconhecer o trabalho da verdade? E ao mesmo tempo respondendo-a, Guattari (1987) afirma: “está havendo verdade revolucionária, quando as coisas não te encham o saco, quando você fica afim de participar, quando você não tem medo, quando você se sente disposto a ir fundo, aconteça o que acontecer”, e reconhece que a verdade foi vista atuando em Maio de 68, segundo ele, “todo mundo a entendia de cara” (p.16).

Entretanto, reconhecendo a pertinência destas afirmações, retomamos o substantivo utilizado no início desta terceira parte para considerar que, as reflexões sobre as armadilhas que enfraquecem tal prática, corroboram para que não sejamos ingênuos no sentido de acreditarmos que bastaria segurar uma bandeira, ou aderir a alguma determinada causa seria o suficiente para se considerar um “verdadeiro revolucionário”.

O sentido revolucionário que estamos sugerindo nesta escrita passa por um exercício do pensamento voltado a todas estas questões, ou seja, o fato de compreendermos que apesar de sermos atravessados por todas estas contingências produzidas no contemporâneo, somos capazes de produzir forças resistentes, de inventar linhas de fuga que rompam com estes processos hegemônicos.

Referimo-nos a possibilidade de inventar exercícios éticos, a produzir frente a estes processos, modos singulares que correspondem a uma certa estranheza diante do que parece tão corriqueiro. É deste estranhamento das coisas, o que só é possível quando pensamos sobre o próprio pensamento, produzindo assim, inevitavelmente reflexões interessantes sobre nossos modos de existir frente a determinados processos. Para tanto, consideramos as contribuições de Nietzsche (2007) ao afirmar que: “Não há ninguém que não seja estranho a si mesmo” (Nietzsche, 2007, p.13). Portanto, suscitar estranhamentos parece ser uma estratégia interessante quando nossa existência apresenta-se tão naturalizada e em conformidade. O pensamento ético voltado a nossa própria existência, passa por uma posição política frente aos mecanismos de subjetivação.

Ao registrarmos que as práticas militantes revolucionárias correspondem a processos de singularização da subjetividade, tomemos como exemplo os acontecimentos do mês de junho de 2013, os quais foram marcados por funcionamentos muito interessantes, como por exemplo, o fato de suscitar muitas dúvidas, muitos foram os que tentaram (e ainda tentam) explicar que acontecimento foi aquele, quem eram aquelas milhares de centenas de pessoas, que movimento era? Quem eram os líderes? Seria um golpe? A velha e conhecida vontade de definições.

Estas questões denotam o mal-estar contemporâneo em conviver com o não-sabido, com o não definido *a priori*. Como conviver com a impossibilidade de respostas definidas?

Algumas hipóteses são levantadas, o que parece interessante é perceber que talvez não se tenha uma resposta verdadeira e única para os acontecimentos de junho, pois é justamente esta incerteza que parece apresenta-se como interessante, visto nosso vício em querer saber de antemão

todo que acontece.

Os movimentos de junho podem ser uma expressão interessante com relação a essa produção maciça de insatisfações que atravessa nossa existência no contemporâneo. Todos, sem exceção, queremos de alguma forma demonstrar nossos descontentamentos frente a lógica que predomina e que assola nosso tempo.

O que sustenta nossas reflexões é perceber que muitas coisas necessitam ser modificadas, pois ainda vivemos num país onde as desigualdades sociais precisam ser combatidas. Entretanto, é necessário percebermo-nos nesse processo como sujeitos ativos, portanto essas mudanças correspondem também a nossa transformação frente a este arranjo.

Tornando-se necessário produzir questionamentos sobre nossa implicação diante de toda esta engrenagem, bem como produzir deslocamentos combatentes a todos estes mecanismos hegemônicos que tendem a definir nossos modos de ser e estar nesse tempo, advoga-se pela produção de modos singulares capazes de combater o assujeitamento de nossa subjetividade.

Uma relação ética consistiria em exercitar o corpo e o pensamento para vivenciar seus limites e ultrapassá-los, tal relação deseja que a vida seja forte, que o corpo e o pensamento aumentem sua potência de agir e aprenda, o quanto antes, a conviver com os perigos e desejar o desconhecido.

IV. Considerações Finais

Morrer nesta vida, não é difícil...

O difícil é a vida e o seu ofício...

Perspectiva – Jorge Mautner

Pretendemos com esta monografia, analisar a relação entre as práticas militantes e os processos de subjetivação no contemporâneo, entendendo que a dedicação à esta análise já corresponderia à possibilidade de inventar outros modos de militar, bem como modificar, de alguma forma, as engrenagens que estão produzindo e reafirmando nossas formas de vida na sociedade. Isto porque entendemos a escrita como potência, como possibilidade de deslocamentos subjetivos, possibilidades de transitar por outros territórios, fugindo da lógica que tende nos aprisionar num lugar supostamente conhecido. Durante esta escrita travamos uma batalha íntima com o sentido de nossa própria existência por entre práticas militantes que nos constituem.

Para tanto, expressamos no início desta escrita, as complexidades que ao problematizar o contemporâneo devemos reconhecer, sendo que, diante destas complexidades, percebemos, inclusive, uma certa insuficiência quanto à definição sobre tal conceito. Compreender esta

sociedade, esse tempo, se tornou algo embaraçoso e multifacetado, sendo assim, para entender o tempo em que se habita é necessário produzir um exercício constante com relação às engrenagens e interfaces que estão compondo este arranjo.

No entanto, ao realizarmos estas reflexões entendemos ser necessário ponderar para as forças que estão sendo produzidas neste tempo, visto que, estas forças vão também compor os modos de como habitar esse tempo. Sendo assim, ao analisarmos o par militância-produção de subjetividade, sustentamos, a partir dos estudos de Foucault (1988), que diante das formações históricas, entende-se que o sujeito está inserido neste mundo através de relações de produção e sentido, e, portanto, por entre relações de poder. Frente a isso, a construção de estratégias de resistência a determinados modos marcados pelo assujeitamento, vai depender também do nosso combate as formatações que estão circulando neste processo, necessitando, para tanto, de um trabalho de si sobre si mesmo. Consideramos que enxergar essa engrenagem em funcionamento, percebendo assim, suas sutilezas, já seria praticar processos resistentes, estabelecendo modos de romper à determinada forma de dominação. Para tanto, ressaltamos ser necessário desnaturalizar tais formas, entendendo que estas atravessam os processos de constituição da própria experiência do sujeito.

Percebendo que nossa subjetividade está aliada a vontade de verdade, cabe compreender os modos como vamos compondo nossa relação com o mundo, compreendendo, portanto, que estes modos estão sendo atravessados, como referimos, pelas formas de dominação, as quais solicitam constantemente saber “verdadeiramente” quem somos.

Ao considerarmos essas afirmações, nossas análises demonstram-se pertinentes no âmbito de problematizar a relação entre práticas militantes e processos de subjetivação, observando esse tempo e suas micropolíticas, ou seja, suas sutilezas, pois se trata de uma fabricação requintada de modos de ser e estar no mundo, as quais, de forma quase que imperceptível, porém, visceral, fabricam subjetividades. Neste sentido, há que se realizar um trabalho crítico sobre si mesmo de modo a que se possa combater as estratégias de captura, também possíveis de serem aí operadas.

Ainda ponderando os engendramentos que estão atravessando as práticas militantes, destacamos durante esta escrita que, em tempos remotos parecia haver maior clareza sobre quem eram nossos inimigos, em relação a isso vimos que os argumentos teóricos e filosóficos do marxismo contribuíram para que a esquerda, conseguisse delimitar com facilidade quem deveria ser combatido. Percebe-se que neste período nossos inimigos estavam bem desenhados. Ao sugerirmos que estes eram os que detinham o poder econômico, ou seja, uma parcela pequena da população, porém, com poder aquisitivo bastante generoso, concordamos que a teorias marxistas respondem de forma bastante contundente e satisfatória, frente a este recorte de classes. Todavia, consideramos sua importância e entendemos que esta relação ainda segue presente.

Porém, compreendemos que diante do arranjo contemporâneo, estas reflexões são insuficientes e que a questão da militância corresponde a uma prática, a certa atuação dentro de um determinado contexto. Neste caso, entendemos como pertinente distinguir de forma um tanto resumida, entre ética e moral, sendo que, esta última corresponderia aos conjuntos de regras e prescrições bem definidas pelas instituições prescritoras, a exemplo: a família, a escola o trabalho, etc. Já a ética pode ser definida através da reflexão sobre os modos de viver, e, também, que a vida seja tomada como expressão de uma obra de arte singular.

Compreendemos, neste caso ser necessário reflexões sobre as práticas militantes, no sentido de perceber que estas podem, também, atrelar-se aos modos homogeneizantes da moral. Quando as práticas militantes estão atreladas a vontade de identificação, ou seja, quando ao *ser* militante corresponde, *ser* em conformidade a algo, vemos aqui um enlace moral. Ao entender que as práticas militantes também estão nesta relação e podendo ser atravessadas por estes processos de engendramento, consideramos que ninguém sai ileso, nesse sentido, ninguém estaria protegido da engenhosidade do capitalismo nem mesmo aqueles que pertencem ao universo dos movimentos sociais.

Partindo desta compreensão, reafirmamos que não há sujeito fora do mundo, ou seja, nosso modo de existir está inegavelmente sempre sendo atravessado por produções e modulações pertinentes a contemporaneidade. Ao indagarmo-nos a respeito da trama de obrigações e proibições que atravessam a subjetividade, cabe problematizarmos as práticas da militância nesta mesma direção, percebendo as armadilhas que podem estar sendo produzidas. Acreditamos ser pertinente registrar que não se trata em especificar que características corresponderiam, ou ainda definiriam determinadas práticas como certas ou erradas, pois nossas reflexões não apresentam essa vontade. Pelo contrário, nosso desejo é o de romper com as definições que tendem a nos enfraquecer. Portanto entendemos que colocar as práticas militantes em análise, considerando os arranjos do contemporâneo, contribuirá no sentido de perceber as armadilhas que estão colocadas nesta relação, bem como ponderar que outras lutas apresentam-se necessárias. Diante destas problematizações nos deparamos com algumas questões: o que as práticas militantes atuais estão querendo combater?; contra quem estamos lutando?; ou ainda, a favor de quem estamos lutando?

Entendemos estas questões como sendo as pistas para refletirmos sobre as armadilhas que estão colocadas na relação entre as práticas militantes e a produção de subjetividade pois os movimentos sociais são feitos da composição de grupos, que manifestam objetivos em comum e que almejam alcançar tais objetivos, os quais estão vinculados a determinadas causas, relacionadas a melhorar a vida das pessoas que vivem neste mundo. Contudo, compreendemos que esta formação também dependerá da força de mobilização social que estes coletivos apresentam, bem como, da relevância de suas reivindicações frente a determinado contexto social. Vale destacar aqui que a

concepção de coletivo com a qual operamos, qual seja: aquela oriunda das formulações da Análise Institucional que o concebe enquanto um modo de funcionamento pautado na produção da diferença e do dissenso em lugar do consenso. Sendo assim, quanto mais coletivamente operar um grupo, mais apto estará a resistir às táticas de assujeitamento da subjetividade. Entretanto reafirmamos que ninguém está de forma privilegiada, isento do contágio que perpassa a todos, independentemente da classe social, cor, sexo, etc.

Dentre as inúmeras enunciações produzidas pelo modo de funcionamento do capitalismo no contemporâneo, o que mais tem nos chamado atenção são as que comprometem nossa mobilidade, através de suas formas complexas de dominação política e subjetiva. Portanto, nosso desafio é refletir sobre as interferências na ótica da produção social da existência, questão que envolve todas as ligações pelas quais a própria vida insiste em si mesma.

Referimo-nos a possibilidade de inventar exercícios éticos, a produzir frente a estes processos, modos singulares que correspondem a uma certa estranheza diante do que parece tão corriqueiro. É do estranhamento a estes modos, o que só é possível quando pensamos sobre o próprio pensamento, que produzimos inevitavelmente reflexões interessantes sobre nossos modos de existir frente a determinados processos. Neste caso, registramos como pertinentes as contribuições da filosofia Nietzscheana (2007) ao considerar que: “Não há ninguém que não seja estranho a si mesmo” (Nietzsche, 2007, p. 13). Portanto, suscitar estranhamentos parece ser uma estratégia interessante quando nossa existência apresenta-se tão naturalizada e em conformidade. O pensamento ético voltado a nossa própria existência, passa por uma posição política frente aos mecanismos de subjetivação.

Contudo, nosso ensaio não quer, de forma alguma, chegar ao final descrevendo uma nova fórmula de como seria então o bom militante, quais valores este necessitaria ter, o que deve fazer, ou, ainda, como deve fazer. Há que se ter cuidado para romper com os dualismos dicotômicos que discriminam, por exemplo, quais práticas seriam acertadas e quais estariam em desconformidade a um modelo.

Observamos que convém, chegando ao final registrarmos algumas impressões a respeito deste ensaio, como por exemplo, perceber que, ao analisarmos determinado fenômeno, neste caso a relação entre as práticas militantes e os modos de existir nesse tempo, proclamar como deve ser um militante, seria um despropósito pois a luta que travamos ao realizar estas reflexões, foi, justamente, a de apostar na desconstrução dessa identitarização demasiada que enfraquece esse sujeito engajado nas lutas sociais, e que chamamos aqui de militante.

Entendendo que somos sujeitos políticos e estamos inseridos numa sociedade que estabelece e regula as relações a partir de exercícios de poder sobre a vida, estando nós, sempre numa relação de poder, e, conseqüentemente, a todo o momento nos constituindo a partir destas relações. Assim,

compreendemos que é possível produzir deslocamentos diante de determinada norma. Para tanto, consideramos urgente uma desobediência, a desobediência da ordem do nosso pensamento frente às formas de como devemos travar nossas lutas no contemporâneo.

Consideramos com estas reflexões, a possibilidade de realizar um exercício ético de análise, estabelecendo uma crítica constante a respeito dos modos por onde nos produzimos enquanto militantes. Entendemos que realizar a crítica aos modelos que podem estar permeando esta prática, seria uma forma de combater as formatações identitárias. Compreendemos ser necessário diante desse combate apostar nas singularidades, na reafirmação da luta pela diferença de modos de existir.

Acreditamos ser possível exercitar o pensamento e estabelecer estratégias de resistência voltadas para novos modos de ser e estar no mundo. Conforme as contribuições de Neves (2005) frente a isso, o exercício do pensamento significa desconstruir as evidências do senso comum. Colocar em análise essas discussões fortalecem as estratégias para um encontro ético com a vida, encontro com o que vamos sendo constantemente produzidos, exercitando a capacidade de apropriar-se da própria vida. Neste caso, apropriar-se da vida sugere perceber que estamos constantemente travando batalhas existenciais, ora enfraquecemos essas vontades, ora as fortalecemos. A autora sugere que:

Hoje em dia, por estarmos inseridos numa sociedade que nos leva a questionar cada vez menos sobre os valores que orientam nosso modo de existência, propor um exercício do pensamento voltado a estas novas formas de produção de sentido talvez seja uma das formas de resistirmos aos modos de assujeitamento da subjetividade contemporânea. (Neves, 2005, p. 127).

Nesta direção consideramos que os processos de reconhecimento da diferença, ou seja, do investimento nos processos singulares derivam da produção de deslocamentos, para tanto, inclui uma relação de afinidade entre o pensamento e a experiência. Numa conversa, publicada com o título “os intelectuais e o poder” (Foucault, 2003, p. 69), Gilles Deleuze e Michel Foucault discutem essa relação. Referem que a distinção entre teoria e prática vai favorecer o discurso que estamos querendo combater. Portanto, ao pensarmos sobre as práticas militantes, consideramos pertinentes as contribuições de Deleuze nesta conversa, quando afirma que: “a prática é um conjunto de revezamentos de uma teoria a outra e a teoria um revezamento de uma prática a outra” (Deleuze, 2003, p. 69 e 70).

Estas contribuições corroboram no sentido de reafirmarmos a relação entre pensamento e experiência. Considerando essa relação, reafirmamos que assim como o pensamento, a escrita também é uma potente ferramenta de combate a estes modos. Por essa razão, esta monografia utiliza-se do ensaio como estratégia discursiva, por assim entender, uma alternativa de continuar a

escrever, ou seja, ensaiar apresenta-se como o modo mais estratégico de não ter de paralisar o pensamento para, então, poder escrever. Entendemos que o ensaio é um modo de operar o pensamento, a escrita e a própria vida, portanto, ensaiar estaria muito mais próximo de uma atitude existencial, um modo de lidar com a realidade e com o mundo, uma atitude mais vulnerável à experiência.

Para que sejamos dignos da vida, é necessário que tornemo-nos, em certa medida, “traidores” dos valores que orientam e estão em conformidade com esta sociedade. Para tanto ao refletirmos sobre as práticas militantes, compreendendo que não existe algum modelo que devesse ser seguido, ao contrário, sendo necessário justamente fugir dos modelos. Entendemos que esse *Eu* produzido no arranjo do contemporâneo e que atravessa os processos de produção de subjetividade é a grande armadilha que devemos cotidianamente combater.

Com relação as reflexões reverberadas ao longo desta monografia, registramos que diante do anúncio de Jorge Mautner³ uma questão parece central ao considerarmos nossa relação com a vida e com nós mesmos, acreditando nas possibilidades de inventarmos formas de resistir aos assujeitamentos da subjetividade. Produzindo constantemente questionamentos sobre como podemos fugir dos ofícios que o viver pode estar conectado. Ao considerarmos que estes tendem a enfraquecer a expansão de processos singulares, questionamo-nos, como podemos, fugir dos ofícios da vida? Cabe registrar novamente, que, ao levantarmos essa questão não significa que tenhamos uma resposta, ou ainda que haveria uma resposta para tal questão. Acreditamos ser a partir do anúncio destas e de tantas outras questões que há possibilidade de inventar outros modos, e de produzir diferenças. Em se tratando da vida, não há nada que possa corresponder de forma a definir verdadeiramente como se viver neste tempo. Para tanto, destacamos como pertinentes as contribuições de Luft (1996) sobre essa ideia, ao considerar que:

A vida é uma tapeçaria que elaboramos enquanto somos urdidos dentro dela. Aqui e ali podemos escolher alguns fios, um tom, a espessura certa, ou até colaborar no desenho. Linhas de bordado podem ser cordas que amarram ou rédeas que deixam manejar: nem sempre compreendemos a hora certa ou o jeito de as segurarmos... nem qual a dose de liberdade que poderíamos – com todos os riscos assumir. (Luft, 1996, p. 105)

Contudo, ainda utilizando-se das palavras de Jorge Mautner, o difícil não seria morrer como todos tememos, mas sim a complexidade que está no próprio viver, considerando que nosso modo de existência está atravessado por formatações hegemonicamente produzidas por esta sociedade.

³ Trecho retirado da música Perspectiva de Jorge Mautner, utilizado no início desta sessão para animar as reflexões.

Portanto, ao realizarmos estas reflexões, bem como, utilizando-nos das contribuições filosóficas, é importante destacar que nesta relação cabe reconhecer nosso investimento, ao não, na invenção de novos modos, na força inventiva que possibilita criação. Ou seja, consideramos que diante da vida, podemos embarcar num circuito escravo, sendo escravos dos modos hegemonicamente definidos e completamente mergulhados na moralidade que tanto pede passagem nos nossos dias, ou seja, nos tornamos receptores da subjetividade tal qual ela é produzida, sem questionamentos e hesitação, vivemos completamente em conformidade com este tempo.

Ou então, nos conectamos numa relação afirmativa da vida, nas palavras de Fuganti (1990) “na dança dos fluxos nômades que acontecem no campo do acaso” (Fuganti, 1990, p. 43). Neste mesmo raciocínio o autor sugere que:

(...) Tal modo de existir, ser e pensar pressupõe espíritos livres, libertos de toda moral, razão e religião, espíritos generosos e doadores de vida e de novos sentidos para esta. (...) Espíritos desprendidos e ousados nos quais reinam as forças ativas e criadoras, isto é, potência artística que amam os perigos, as aventuras, o desconhecido, o imprevisível, as misteriosas surpresas do estranho. (Fuganti, 1990, p. 43)

Devemos considerar que um modo não exclui o outro, pois como vimos ao longo deste ensaio, estamos constantemente em relação com o mundo e portanto há de se exercitar um modo ético em relação a vida, onde convém prioritariamente exercitar o pensamento possibilitando o rompimento com as conformidades. Desta mesma forma, compreendemos a escrita também como potência, ponderamos que além de registrar reflexões, esta não cessa em reverberar, constantemente, processos de conexões com outras instâncias, como por exemplo, o próprio pensamento. Portanto, o processo de escrita é esse constante que, ao mesmo tempo que registra, suscita outros questionamentos. Questões sem respostas definidas a priori, e sim, questões que reverberam outras tantas e que nos convidam a agir e pensar os mistérios e as maravilhas da vida.

REFERÊNCIAS:

- BAUMAN, Z. O mal-estar da pós-modernidade; tradução de Mauro Gama e Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- COIMBRA, C. M. B. Guardiães da ordem: uma viagem pelas práticas *psi* no Brasil do “Milagre”. Ed. Oficina do autor, Rio de Janeiro – 1995.
- COIMBRA, C. M. B. & LEITÃO, M. B. S. Direitos Humanos e a Construção de uma Ética Militante. Revista Brasileira de Direito Constitucional – RBDC n. 9 – jan./jun. 2007.
- DELEUZE, G. A Logica dos Sentidos. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1974.
- DELEUZE, G. Conversações. Rio de Janeiro, Editora 34, 1992.
- DELEUZE, G. & PARNET. C. Diálogos; tradução de José Gabriel Cunha. Lisboa: Relógio D' Água Editores. 2004.
- DELEUZE, G. & GUATTARI, F. Mil Plátos: capitalismo e esquizofrenia 2, vol. 1; tradução de Ana Lucia de Oliveira, Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. São Paulo, editora 34, 1995.
- DELEUZE, G. & GUATTARI, F. O Anti-Édipo: Capitalismo e Esquizofrenia; tradução de Joana Moraes Varela e Manuel Maria Carrilho. Lisboa, editora Assírio & Alvim, 2004.
- FOUCAULT M. Microfísica do Poder. Org. Trad.: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 18ª ed., 2003 .
- FOUCAULT M. Vigiar e Punir. Rio de Janeiro, Vozes, 1988.
- FUGANTI, Luiz. A Ética Como Potência e a Moral Como Servidão. São Paulo: 2001, mimeogr.
- FUGANTI, Luiz. Saúde, Desejo e Pensamento, in SaúdeLoucura, n.2, Editora Hucittec, São Paulo, 1990.
- GUATTARI, F. Revolução Molecular: Pulsações Políticas do Desejo. Org. Trad. Suely Belinha Rolnik. São Pulo: editora brasiliense. 3º 1987.
- GUATTARI, F. & ROLNIK, S. Micropolítica: Cartografias do desejo. Rio de Janeiro: Vozes, 9º ed, 2008.
- LAROSSA, Jorge. A operação ensaio: sobre o ensaiar e o ensaiar-se no pensamento, na escrita e na vida. In: Educação e realidade, v.29, n.1, 2004a.
- LISPECTOR. Clarice. Água Viva. Rio de Janeiro: ed. Rocco, 1998.
- LUFT, L. O rio do meio. 2.ed. São Paulo: Mandarin, 1996.
- NIETZSCHE, F. Verdade e mentira no sentido extra-moral. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

NIETZSCHE, F. *A Gaia Ciência*. Prólogo nr. 3. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

NIETZSCHE F. *Humano, demasiado humano: um livro para espíritos livres*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

NIETZSCHE, F. *Genealogia da Moral*. Trad. Antonio Carlos Braga. São Paulo: Editora Escala, 2ª ed., 2007.

PELBERT, Peter Pál. *Vida Capital: ensaios de biopolítica*. São Paulo: Iluminuras, 2011.

SILVA, R.N. *A Invenção da Psicologia Social*. Petrópolis: Vozes, 2005.